

# Branquinho justifica 225 mil euros suspeitos com empréstimo de amigo

Ex-deputado julgado por prevaricação, tráfico de influência e falsificação alega que pediu o dinheiro a dono de hospital. Empresário, autarca, vereadores e técnicos também arguidos

Alexandre Panda  
alexandre.panda@jn.pt

**PROCESSO** O ex-deputado do PSD Agostinho Branquinho, acusado pelo Ministério Público de ter recebido 225 mil euros do dono do Hospital Privado de Valongo a troco de isenções e de influências junto de autarcas locais para viabilizar a construção da unidade de saúde, justifica a verba com um empréstimo do próprio Joaquim Teixeira, dono do empreendimento e também arguido. O ex-secretário de Estado da Saúde garante que é amigo do empresário há 45 anos e que já o reembolsou, em grande parte com dinheiro da venda de um apartamento.

No requerimento de abertura de instrução do processo, que a juíza Isabel Ramos já remeteu para julgamento no Tribunal Central Criminal, Branquinho, que agora é consultor privado, explicou que é amigo do atual administrador da sociedade promotora do Hospital Privado de S. Martinho desde 1976. Alegou que, há 14 anos, altura em que era deputado, pediu-lhe os 225 mil euros com o compromisso de o reembolsar assim que vendesse uma casa sua, no Porto.

No mesmo documento, Agostinho Branquinho garante ter vendido o imóvel, cerca de dois anos depois, a 17 de abril de 2009, pela quantia de 185 mil euros que no próprio dia depositou, em três cheques, nas contas da PMV Policlínicas, SA, de Joaquim Teixeira. Ficou a dever ao amigo 40 mil euros, que, garante, devolveu em outubro de 2010.

## ALEGA PRESCRIÇÃO

Sempre na tentativa de levar a juíza a arquivar o processo, Branquinho também invocou nulidades na acusação do Ministério Público de Valongo. Assegurou nunca ter sido confrontado com as suspeitas de receber luvas e invocou que todos os crimes prescreveram. De qualquer forma, contesta ainda, a terem sido praticados, os ilícitos aconteceram entre 2005 e meados de 2007, tendo sido constituído



Agostinho Branquinho diz que todos os crimes, a existirem, estão prescritos

arguido em dezembro de 2017, mais de dez anos depois.

Apesar da argumentação do ex-deputado, a juíza de instrução decidiu mandar todos os arguidos para julgamento. No despacho, a magistrada escreve que o montante era suficientemente elevado para que Branquinho e o amigo tivessem passado a escrito o empréstimo, e que fosse tudo apenas feito de boca. "Sem se tecerem grandes considerações sobre empréstimos e amizades, sempre se dirá que o contexto e a altura em que tal empréstimo surgiu permite concluir que o mesmo foi para fins referidos na acusação", pode ler-se na decisão instrutória.

A juíza também se questionou sobre o facto de Joaquim Teixeira recorrer a fundos da empresa para emprestar dinheiro ao amigo "de longa data", um facto que este não soube explicar, até porque o empréstimo não aparece na contabilidade da empresa. ●

## Presidente, vereadores e técnico julgados

Mais três pisos do que o projetado, menos taxas e protocolo de 424 mil euros para cuidados continuados

No centro da acusação está a construção do Hospital Privado de Valongo. O antigo presidente da Câmara de Valongo Fernando Melo, dois dos seus vereadores e três técnicos, para além de Joaquim Teixeira, administrador da sociedade promotora do Hospital, e Agostinho Branquinho, terão conseguido a aprovação de um

edifício com sete pisos que tinha sido projetado para apenas quatro. A autorização de "violação" do PDM, datada de 2005, deveu-se à anunciada intenção de os pisos extra serem ocupados por um centro de noite para idosos carenciados do concelho, que nunca saiu do papel. Branquinho terá recebido 225 mil euros do empresário como contrapartida pela intervenção que teve junto do ex-presidente da Câmara e dos ex-vereadores Carlos Teixeira e Maria Trindade do Vale, que terão depois influenciado os técnicos. O papel de Branquinho terá também permitido ao hospital uma poupança de 36 mil euros em taxas municipais, além da obtenção de mais 424 mil euros, através de um protocolo com a ARS que integrou a unidade de saúde na Rede de Cuidados Continuados. ●

### FORMENORES

**Julgamento adiado**  
O início do julgamento estava marcado para o início de fevereiro, mas as recentes medidas de combate à pandemia ditaram o adiamento, sem data definida.

**Valorização**  
O Ministério Público calcula que, como resultado dos crimes, o imóvel obteve uma valorização de 1,3 milhões de euros e reclama 2,3 milhões de euros aos arguidos, por ganhos com os ilícitos.

**Câmara é assistente**  
A Câmara de Valongo, liderada por José Manuel Ribeiro, constituiu-se assistente e reclama uma indemnização por prejuízos associados à violação do PDM. O caso deverá ser julgado no Porto.